



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 081

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 185^a SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE AGOSTO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JOSE FREJAT — Documento de repúdio do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, contra declaração da Ministra Margaret Thatcher, que sugeriu aos países devedores, como o Brasil, a entregarem seus recursos naturais e industriais para pagar suas dívidas.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Administração que vem sendo desenvolvida pelo Sr. Caio Pompeu de Toledo, frente à Secretaria de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Agilização administrativa desenvolvida pelo Dr. Paulo Renato de Souza na Secretaria de Educação e Cultura do Estado de São Paulo.

DEPUTADO JORGE CARONE — Defesa da aprovação de proposta de emenda à Constituição de autoria de S. Ex^a, que propõe mudanças na área política, econômica e financeira do País.

DEPUTADO LÉLIO SOUZA — Necessidade da fixação de data para votação da Emenda Theodoro Mendes, que restabelece eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO OSVALDO NASCIMENTO — Considerações sobre declarações da Ministra Margaret Thatcher, no concernente ao pagamento da dívida externa por parte dos países devedores. Eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO HORÁCIO ORTIZ — Defesa da aprovação da Emenda Theodoro Mendes, que restabelece eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — 80^o aniversário da Escola Estadual Santo Antônio.

DEPUTADO NELSON WEDEKIN — Documento do Secretariado Nacional dos Trabalhadores nas Empresas Estatais, analisando a atual conjuntura econômica do País.

1.2.2 — Ofício

De Presidente de comissão mista, solicitando prorrogação de prazo para emissão de parecer sobre matéria que menciona. **Deferido**.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 2, de 1983-CN, que delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei para criação do Ministério do Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a **votação adiada** por falta de quorum.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 186^a SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE AGOSTO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO EVANDRO AYRES DE MOURA — Considerações sobre o critério usado pela CBF, na escolha dos times que participarão do próximo Campeonato Brasileiro de Futebol.

DEPUTADO JOSÉ FREJAT — Artigo de autoria do jornalista Euzébio Rocha intitulado — Reserva de mercado na Informática.

DEPUTADO WILMAR PALIS — Defesa de eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Sucessão presidencial.

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES — Observações ao discurso do orador que o precedeu na tribuna.

DEPUTADO AIRTON SOARES, como Líder — Solicitando à Mesa informações a respeito de expediente enviado pelo Tribunal de Contas da União ao Senado Federal, relativo à rescisão de contrato existente entre o Banco Nacional da Habitação e o Grupo Delfin.

2.2.2 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Walmor de Luca e acolhida pela presidência relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

2.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 40 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 187^a SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE AGOSTO DE 1984

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3.2.2 — Questão de Ordem

Suscitada pelo Sr. Walmor de Luca e acolhida pela presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

3.3 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

Ata da 185ª Sessão Conjunta, em 2 de agosto de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Luceena — Raimundo Parente — Claudiomir Roriz — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lúcena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Affonso Camargo — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; João Alberto de Souza — PDS; José

Burnett — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS.

Bahia

Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Felix Mendonça — PDS; França Teixeira — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genivaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; João Alves — PDS; Prisco Viana — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildálio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS

Espírito Santo

Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Coimbra — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Arlindo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS

Minas Gerais

Antônio Dias — PDS; Carlos Eloy — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Carone — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Setair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amatuz — PIB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB;

Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; Josias Leite — PDS; Nilson Gibson — PDS

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB

Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Roberto Rolemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Iram Saraiva — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Dante de Oliveira — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; Norton Macedo — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB; Irineu Brzesinski — .

Santa Catarina

Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Cohn — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaca — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Minicarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 48 Srs. Senadores e 181 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Diz o economista Celso Furtado que nossa economia é dirigida pelos nossos credores. Quer dizer, nós temos uma economia dirigida externamente pelos interesses que comandam a economia mundial. Evidentemente, o atrelamento do Brasil ao Fundo Monetário Internacional não é mais do que a sua servidão aos interesses dos países ricos. Com a política recessiva do Fundo Monetário Internacional, os países desenvolvidos comandam a recessão, o desemprego, e o não desenvolvimento dos

países em via de crescimento, atrelando-os à sua economia.

Neste sentido, para fortalecer essa dependência dos países pobres aos países ricos e fortalecer a atuação do Fundo Monetário Internacional, a Primeira Ministra da Inglaterra, Sr. Margaret Thatcher, declarou que os países devedores, como o Brasil, deveriam entregar seus recursos naturais e mais industriais para pagar as suas dívidas. É uma declaração colonialista que mereceu o repúdio de brasileiros e de instituições nacionais, como a Ordem dos Advogados do Brasil, de outras entidades, e de pessoas que assinaram uma declaração.

Quero transcrever aqui, Sr. Presidente, o pronunciamento da Ordem dos Advogados do Brasil, repudiando esta declaração, através do seu Conselho Federal. Diversas entidades e pessoas outras subscrivem esta declaração, repudiando infeliz pronunciamento da Primeira Ministra da Inglaterra. Eis-lo:

“Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Rio de Janeiro, RJ

Francisco Costa Netto, Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Certifica, a pedido da Doutora Maria Augusta Tibiriçá, que em Sessão Plenária do Conselho Federal, realizada no dia dezoito de junho de mil novecentos e oitenta e quatro, foi aprovada por unanimidade de votos, Indicação do Conselheiro Augusto Sussekind de Moares Rego, secundada pelo Conselheiro Heráclito Fontoura Sobral Pinto, no sentido de que o Conselho Federal se manifestasse vigorosa e energicamente, contra a declaração da Primeira Ministra da Grã-Bretanha, Margaret Thatcher, que sugeriu aos países devedores, como o Brasil, entregarem seus recursos naturais e industriais para pagar suas dívidas. Foi designado o Conselheiro Sérgio Ferraz para redigir a Nota Oficial, a qual teve o seguinte teor: “O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, hoje reunido em sessão plenária, deliberou, à unanimidade, formular enérgico protesto às palavras da Primeira Ministra Margaret Thatcher, que indicou às Nações ditas devedoras, satisfizessem seus débitos externos mediante a dação em pagamento de seus recursos naturais e de seu parque industrial. Essa inominável e desarrazoada impertinência não chega a ser, dolorosamente, surpreendente, já em agosto do ano passado este Conselho Federal, por ocasião do Congresso Nacional de Advogados Pró-Constituinte, levara à Nação sua advertência, no sentido de que a reformulação do perfil de nossa dívida externa, sob a égide do FMI, significava — nos termos em que aceita foi pelo Brasil — renúncia à soberania nacional; e, ademais, já envolvia o alívio de pagamento através da alienação do patrimônio nacional. Desse modo, a postulação abusiva da Primeira Ministra apenas tornou explícita a lamentável intenção albergada nos Acordos celebrados com os bancos credores. Entretanto, dessa capitulação desonrosa, imputável aos negociadores da dívida externa brasileira, não deriva qualquer óbice à nossa palavra: bem antes, e até por causa dela, está este Conselho Federal, coerente com suas posições, na obrigação de lançar, como agora o faz, seu indignado repúdio a essa manifestação que afronta a dignidade nacional.” — O referido é verdade e dou fé. Rio de Janeiro, vinte e oito de junho de mil novecentos e oitenta e quatro. Secretaria Geral da Ordem dos Advogados do Brasil. Secretário-Geral. — Francisco Costa Netto.

Como brasileiros, na defesa dos mais legítimos interesses nacionais, levantamos vigoroso protesto contra a sugestão da Primeira Ministra da Grã-Bretanha, Margaret Thatcher, endossada pelos Estados Unidos da América do Norte, no sentido de que os

países endividados como o Brasil, o México e a Argentina, que dispõem de recursos naturais e industriais, os entreguem para pagar seus compromissos externos, e que os devedores abram suas economias ao capital estrangeiro.

Essa posição colonialista foi refletida nos jornais de 9 de junho corrente, e o brio das nações atingidas terá de fazer prevalecer os verdadeiros princípios da Soberania Nacional.

Face à insólita proposição, condenamos a atitude da SEPLAN, através do Chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Planejamento, declarando não ver incompatibilidade entre a política econômica do País e as sugestões apresentadas pela Primeira Ministra Britânica.

Os brasileiros, que já demonstraram seu firme posicionamento na maior e mais prolongada mobilização popular na defesa do petróleo e das demais riquezas naturais, não poderiam deixar de se pronunciar numa hora em que, valendo-se de uma crise que atinge, inclusive, os países industrializados, lançam grave ameaça ao Brasil e países irmãos.

Que nossos compatriotas se mobilizem, como já ocorreu nas memoráveis e citadas campanhas, a fim de paralisar mais esta investida, que demonstra a permanente cobiça sobre os recursos naturais dos países em desenvolvimento.

Pela defesa da Soberania Nacional!

Pela defesa da Indústria Brasileira!

Pela defesa dos nossos Recursos Naturais!

Pela defesa da Amazônia!

Rio de Janeiro, junho de 1984.

Assinaturas:

Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, pela Diretoria da ABI;

Alfredo de Moraes Filho, Almirante, Presidente-de-Honra do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional;

Bayard Demaria Boiteux, Presidente do Partido Democrático Trabalhista PDT/RJ;

Carlos Bessa, Presidente da 17ª Zona Eleitoral — PMDB;

Clovis do Rego Monteiro Neto, Executiva 16ª Z.E PMDB;

Eduardo Arguelles de Souza, Presidente-em-Exercício do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro;

Eduardo Augusto Bordallo, Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro;

Euzébio Rocha, Presidente do Instituto Alberto Pasqualini S.P. — PDT;

Gerson Rodrigues do Lago, Presidente da Associação Médica do Estado do RJ (AMERJ);

Godofredo Pinto, Presidente do Centro Estadual de Professores — CEP;

Ivan Pinheiro — Conselho Nacional da Classe Trabalhadora — CONCLAT;

João Ricardo Serrano, Presidente da 18ª Zona Eleitoral do PMDB;

Jorge Bittar — Central Única dos Trabalhadores — CUT;

Jorge Gama, Presidente do PMDB — RJ;

José Monrêsi, Presidente do Sindicato de Professores Municipais do Rio de Janeiro;

Maria Augusta Tibiriçá Miranda, autora dos livros “O Petróleo é Nossa — a luta contra o Entrepreneurismo, pelo Monopólio Estatal” e “Vamos Nacionalizar a Indústria Farmacêutica?”,

Matheus Seneider, Presidente, pelo Conselho Diretor do Clube de Engenharia;

Olga d'Arc Pimentel, Presidente da 3ª Zona Eleitoral do PMDB;

Orlando Valverde, geógrafo, Presidente da Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia;

Renildo Vasconcelos Calheiros, pela União Nacional dos Estudantes — UNE;

Roberto Chabo, Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro;

Ricardo Mendes Callado — Executiva Diretório do PMDB — 4ª Z. Eleitoral;

Roberto Percinoto, Presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro;

Roberpierre Martins Teixeira — Intersindical;

Rodrigo Farias Lima — Presidente da "ACET" — Associação Carioca dos Empresários Teatrais;

Tito B. Riff, Presidente do Sindicato dos Economistas — RJ.

Professores Universitários: Jane Nobre de Mello, Lincoln de Abreu Pena, Francisco Luís Borges da Silveira, Inácio Nigri, Benjamin Marcos do Lago."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Secretaria de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, desde o início do mandato de Caio Pompeu de Toledo, vem implantando e desenvolvendo um magnífico trabalho junto aos jovens da capital e do interior do Estado.

Queremos destacar o "Projeto Nadar", onde 314 nadadores, de 9 a 18 anos, foram classificados em uma primeira etapa e deverão competir até a final — "Teto Olímpico" — a ser realizada em novembro, na Capital. Os oito finalistas receberão assistência da Secretaria de Esportes e Turismo, para desenvolvimento técnico e consequente melhora de marcas. Sendo o grande objetivo da Secretaria, o incentivo à prática da modalidade e a revelação de talentos para competir em nível nacional e internacional.

O Projeto Esportes, também, criou os "Joguinhos Abertos do Interior" e vem desenvolvendo o intercâmbio sócio-esportivo, difundindo as mais diferentes modalidades esportivas — atletismo, basquete, voleibol, handebol, tênis de mesa e judô.

Esta disputa mobiliza jovens de todo interior, dos 12 aos 16 anos, de ambos os性es e constará de três etapas: municipal, sub-regional e regional. O objetivo desta mobilização é a procura de novos valores, criando condições para a melhoria física, técnica e tática do esporte dentro da comunidade e da região.

De 1º a 8 de setembro deste ano, em Americana, mais de 45 mil atletas de 318 municípios paulistas, irão disputar a fase de pré-seleção dos "Joguinhos Abertos do Interior".

Para que este inédito acontecimento se tornasse realidade, houve um prolongado trabalho onde 12 Delegacias, 46 Inspetorias e centenas de Comissões Municipais de Esportes foram acionadas em todo o Estado de São Paulo.

Durante o encontro, os participantes serão alojados em escolas cedidas pela Secretaria de Educação e locais adaptados pela Prefeitura de Americana. Ainda, as despesas com alimentação, transporte das delegações, material esportivo, premiação, taxas de arbitragem e diárias dos servidores, serão patrocinadas pela Secretaria de Esportes e Turismo.

Este grandioso projeto visa levar os melhores atletas para os Jogos Regionais e, finalmente, ao "Projeto Futuro", onde a Secretaria premiará os campeões com a "ação" pelo Estado.

Desta forma, queremos enviar nossos efusivos cumprimentos ao dinâmico e incansável Secretário de Esportes

e Turismo do Estado de São Paulo, Caio Pompeu de Toledo, pelo grande trabalho de base junto aos jovens, que, provavelmente, serão os grandes atletas olímpicos de amanhã.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Como todos sabem, a educação em São Paulo viveu dias difíceis, em razão das greves. Porém, o que causou verdadeiro trauma foi a mudança de secretários, pois, como todos sabem, cada secretário tem uma forma de agir e, na troca de secretários, havia um verdadeiro pavor por parte da classe do magistério.

Porém, há um ponto muito positivo em tudo que acontece na educação de São Paulo. O Dr. Paulo Renato de Souza, economista, causou, de início, certo receio em todos, pois não é do meio educacional mas, pelo que se nota, ele se adaptou bem ao magistério, e já tomou muitas medidas de alto alcance, dentre elas o problema de reajuste do funcionalismo do qual ele participou; o problema da efetivação dos professores concursados, embora eu discorde destas efetivações no meio do ano letivo, ele teria que tomar esta medida em face da exigência da classe.

pelo que se vê, o Dr. Paulo tomou pé com segurança das reais exigências e necessidades do magistério paulista e estamos torcendo para que ele execute um excelente trabalho junto a esta tão sofrida e incompreendida Secretaria. Juntamente com ele queremos esternar nosso voto de confiança e apoio a todos os seus assessores ou colaboradores diretos, pois o sucesso da Secretaria de Educação será o sucesso do Governo de São Paulo e, consequentemente, do nosso glorioso PMDB.

Ainda dia 31-7-84, ele, Dr. Paulo Renato, tomou algumas medidas, dignas dos mais altos elogios por este Deputado, com relação à melhoria da qualidade do ensino de 1º grau, implantação do ciclo básico através do apoio pedagógico aos professores e contratação de algumas centenas de servidores escriturários, serventes, inspetores de alunos, etc. E um fato auspicioso foi saber que ele está procurando acabar com a figura dos contratados pelo artigo 92. Creio que pelo menos todos devem ser contratados pela Lei nº 500, além de estar agilizando o problema de segurança, construção de salas de aula, zeladorias, etc.

Sr. Secretário vai aqui um recadinho: implante, urgentemente, o sistema de zeladorias nos prédios escolares, principalmente da periferia de São Paulo.

Estamos do lado de cá torcendo, Sr. Dr. Paulo Renato, pelo seu Sucesso, na certeza de que tudo o que foi feito e o que ainda se fará, será em favor de uma classe extraordinária, o magistério e, consequentemente, à educação dos brasileiros de São Paulo.

Parabéns pela bela equipe!

Parabéns! Siga em frente e estaremos dando todo apoio, tanto a V. Exª como ao eminente Governador de São Paulo, Sr. Franco Montoro e, principalmente, à educação do nosso Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, fazem sempre, sistematicamente, uma campanha contra os Parlamentares, contra o Congresso. Alegam que nós não cumprimos a nossa obrigação, o nosso dever; que o Deputado é muito bem pago, é um privilegiado. A maioria, noventa e cinco por

cento dos homens públicos deste País, aqueles que foram ou são deputados estaduais, vereadores, prefeitos municipais, até governadores e presidentes, enfim, a classe política deste País tem sido combatida e hostilizada sob a alegação de que nós não cumprimos com o nosso dever, com a nossa obrigação e somos citados como elementos privilegiados que nada fazem.

Na realidade, é na equipe do Governo que existem determinados executivos que nada fazem, recebem mordomias. A menor despesa que o País tem é com o Legislativo. E um País só pode sobreviver com o Legislativo. No nosso Congresso Nacional existem expressões de inteligência, de capacidade criativa, homens de personalidade e que podem tirar este País de suas dificuldades. Se a Revolução tivesse ouvido mais o Congresso Nacional e dado mais independência à classe política, nós não estaríamos nas dificuldades de hoje. Tanto é que se, marcarmos 64 — e vamos marcar! — se Deus quiser, no ano de 84, a classe política passará a influir neste País. E vamos verificar que as classes menos favorecidas, as classes mais carentes, as classes mais sofredoras serão bem mais protegidas, porque há uma verdade: 99% dos homens públicos tem aquela qualidade de ver o sofrimento do próximo e procuram ajudá-lo.

Sr. Presidente, quero lembrar a meus colegas que nós precisamos derrotar a política do Governo. A política do Governo é aquela que aumenta água, luz, telefone, impostos federais, estaduais e municipais sem autorização legislativa. É preciso corrigir isto. Pela Constituição de 46, não se podia aumentar mais do que 20%, direta ou indiretamente, os impostos. Hoje os Governos, as autarquias mesmo aumentam água, luz e telefone sem darem satisfação. Nós assistimos, hoje, o BNH fugir da política com que foi criado, a qual era a de estabelecer um aumento igual ao aumento do mutuário. Entretanto, o aumento tem sido para os servidores e para o operariado, de 110 a 130%, enquanto o aumento do BNH foi de 195%. Não é possível, Sr. Presidente!

Para terminar: tenho uma emenda que deverá ser votada dia 29 e quero pedir aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores para que compareçam, caso contrário, não haverá desculpas, porquanto, depende exclusivamente de nós, e não do Presidente Figueiredo, não do Ministro Delfim Netto. Depende do comparecimento dos Srs. Congressistas a mudança da política econômica e financeira do País. Se os Srs. Congressistas não comparecerem, realmente o povo tem razão quando fizer determinadas acusações. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lélio Souza.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O processo sucessório presidencial ocupa as atenções de todos nós, do seu desfecho depende a mudança ou o continuísmo. É óbvio que a maioria do povo brasileiro, nas manifestações recentemente feitas em todos os quadrantes do País, externou o seu desejo inequívoco de que pretende mudar, porque não suporta mais esta política econômica responsável por quatro anos consecutivos de recessão, geradora do desemprego, promotora da inflação e mais que tudo responsável pela subordinação da economia nacional aos interesses predatórios de grupos estrangeiros, instalados no seu próprio seio, com o benéplácito dessa malsinada política oficial. A mudança, portanto, é a tônica da sucessão presidencial.

Receio que, no entanto, Sr. Presidente, realizada com base no regramento em vigor, essa mudança não ocorra, e se dê apenas um revezamento no poder, frustrando-se as expectativas nacionais de alteração radical desse quadro que a todos desagrada.

Agora mesmo, constato um fato que, abstraídas as razões jurídicas subjacentes e responsáveis pela ausência ainda de algumas decisões, nos espanta e nos surpreende: enquanto não se ajusta uma nova data para a votação da

emenda restabelecida das eleições diretas para a Presidência da República, foi possível ajustar-se uma data para votar emenda que trata da suspensão da vigência do art. 30 da Carta Constitucional, aquele que estabelece a fidelidade partidária, punindo com a perda do mandato quem fizer opção diversa do partido pelo qual foi eleito.

É claro que há explicações jurídicas, regimentais, legais e constitucionalmente assentadas para justificar a designação de uma data para a emenda de autoria do ilustre Deputado Heráclito Fortes, da qual sou signatário e, por isso mesmo, com ela me comprometi para apoiá-la em Plenário e que seja uma providência inatacável. Do ponto de vista político, a nível de opinião pública, que não penetra no meandro dessas questões intrincadas do Regimento e do próprio processo legislativo, a indagação que se faz é esta: "Como o Congresso Nacional não encontra condições para marcar uma data, a fim de que se realize sessão para apreciar a emenda restabelecida das eleições diretas, e encontra data para marcar uma sessão que vai decidir sobre a suspensão da vigência do art. 30, da Carta Constitucional?" Esta indagação leva a uma outra especulação; a de que o processo político em curso está hoje mais voltado para a solução de possíveis dificuldades de convivência partidária, fruto da estratificação do quadro partidário que aí está, do que propriamente para resolver os problemas do povo brasileiro! Porque a solução destes depende da mudança da política econômica e esta só será possível, através da real mudança da estrutura de Poder, instalada no País há vinte anos!

Esta é a realidade, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que se estampa perante a opinião pública e que provoca esse tipo de especulação que faço aqui, desta tribuna, para assinalar, como posso, a minha inconformidade com esse estado de coisas. Acho que ainda é possível encontrarmos a maneira que permita à Casa decidir sobre as eleições diretas, sob pena de estarmos subordinando todo esse processo à solução de problemas partidários, do Partido do Governo que está caindo aos pedaços, que está se esfacelando em razão das múltiplas divergências internas, dos múltiplos e complexos conflitos internos que nele existem. Não cabe às Oposições, por outro lado, estarem hoje cobrindo a realização dessas providências necessárias à acomodação de eventuais dificuldades político-partidárias.

Por isso encareço, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a necessidade de um esforço conjunto patriótico, diria, no sentido de nós definirmos uma data para apreciarmos a emenda restabelecida das diretas, porque estas, sim, poderão assegurar a todos nós a oportunidade desejada de aferir a vontade do povo, sem quaisquer intermediações capazes de deturpar o seu pronunciamento. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Vimos na Imprensa Nacional declarações da Senhora Margareth Thatcher de que os países do Terceiro Mundo deveriam saldar os seus compromissos, com o Fundo Monetário Internacional, desfazendo-se dos seus patrimônios, dos seus bens de raízes.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta proposta deixa-nos deveras preocupados, porque em verdade ela está interferindo na soberania, na independência, e na competência do povo brasileiro. Deveria isto sim a Sr. Margareth Thatcher ter declarado que os banqueiros internacionais, que o Fundo Monetário Internacional já engordou demais com o dinheiro do povo brasileiro, e que são responsáveis diretos pelo desemprego, pela mortalidade infantil, enfim, por esta avalanche de desgovernos que vivemos nos dias atuais.

Basta tão-somente, Sr. Presidente, verificarmos que os representantes dos banqueiros internacionais e do Fundo Monetário Internacional estão mais no Brasil do que o próprio Ministro da Fazenda, do que o próprio Ministro do Planejamento, examinando e fiscalizando as contas brasileiras. Isto, para nós outros, é deveras agressivo e o devemos repudiar em alta voz.

Por outro lado, Sr. Presidente, queremos deixar aqui patenteado o posicionamento do nosso Partido, o PDT, de que estamos praticamente alijados destes compromissos formados em ante-salas de elites, compactuando, portanto, na eleição indireta. O PDT tem uma proposta muito séria à Nação, colocando em cheque o futuro Presidente da República, pelas eleições "Diretas-ja", dependendo basicamente da vontade do Congresso Nacional e dos líderes políticos para que o povo tenha o direito de votar eleições "Diretas-ja". Não depende da vontade do Senhor Presidente da República e tampouco dos seus Ministros, depende evidentemente da decisão do Congresso Nacional, através dos seus Líderes, do Presidente do Senado e do Presidente da Câmara dos Deputados.

Eis porque, aproveitando a oportunidade, nós concitamos a V.Ex^a, que tão brilhantemente vem presidindo as sessões do Congresso Nacional e sendo Presidente do Senado tem um papel preponderante e muito importante na decisão das eleições "Diretas-ja", para um grande entendimento nacional afim de que possamos buscar a paz social, a justiça social, para todos os trabalhadores brasileiros. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Horácio Ortiz.

O SR. HORÁCIO ORTIZ (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A nossa preocupação hoje e com a possibilidade da convocação real do Congresso Nacional para análise da última alternativa para a aprovação de uma emenda restabelecendo as eleições diretas. Somos favoráveis a essa emenda do nobre Deputado Theodoro Mendes, mas lamentavelmente estamos sentindo que apesar da boa vontade de V.Ex^a, Sr. Presidente Moacyr Dalla, as Lideranças dos nossos Partidos ainda não se convenceram e não se agregaram nesse sentido mais elevado, em que o povo brasileiro está exigindo, restabelecimento das eleições diretas através do voto direto!

Quero consignar, por justiça, a posição de V.Ex^a como Presidente do Congresso Nacional, e faço um apelo para que o próprio PMDB prestigie essa emenda do nosso ilustre Deputado Theodoro Mendes. Faço também um apelo ao nosso colega, o ilustre Deputado Líder da Maioria Nelson Marchezan para que S.Ex^a, democrata como é, restabeleça o diálogo entre as Lideranças e seja possível uma nova reunião dos Líderes para a fixação de uma data de votação das emendas Pró-diretas. Nós que percorremos praticamente vários Estados, e todo o Estado de São Paulo em prol da luta pelas eleições diretas anteriormente, queremos reiterar o nosso apelo, aos membros desta Casa, aos nossos ilustres Líderes para que essa tentativa de restabelecer a confiança do povo brasileiro, no Congresso Nacional, nas instituições democráticas, por ele eleitos, para que se faça com que o povo seja o supremo Juiz nessa aspiração!

Acreditamos mesmo que o Presidente Figueiredo, atendendo o verdadeiro clima de guerra aberta entre os seus candidatos dentro do PDS, analisando a verdadeira luta fraticida que se estabeleceu dentro do PDS, reconheça que a eleição direta é a melhor forma de solução de todos os problemas nacionais, restabelecendo assim o ambiente de confiança do povo, no Congresso Nacional e a confiança do povo brasileiro na sua promessa de restabelecer até o final do seu mandato a plena democracia no nosso País.

É este o apelo que faço, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No decorrer do mês de junho último, comemorou-se, na cidade de Garibaldi, no Rio Grande do Sul os 80 anos da Escola Estadual Santo Antonio.

Garibaldi dista de Porto Alegre 125 Km. Emancipado em 1900, conta hoje com 84 anos de Município. Com quase a mesma idade está, hoje, um de seus tradicionais Educandários, o Colégio Santo Antonio. Em 1904, três Irmãos Maristas: José Sion, Marie D'odat e Paul Norbert chegam à Vila Conde D'Eu, hoje Garibaldi. Era 1º de junho. Sua humildade, unida ao ardente amor pela juventude, oportunizou o início do marco histórico da Educação em Garibaldi.

Desde os primórdios, com sucessivas denominações:

- Escola dos Maristas Santo Antonio;
- Instituto Comercial Santo Antonio;
- Ginásio Santo Antonio;
- Colégio Santo Antonio; e hoje,
- Escola Estadual de 1º Grau "Santo Antonio", manifestou evolução, crescimento e mudanças.
- O que é certo é que o "Santo Antonio":
- participou do labor de seus mestres e educandos;
- acompanhou, e acompanha suas lutas, continuando a escrever a linda história de suas vidas.

A grande meta foi e continua sendo:

"A Educação Cristã e a formação de personalidade", apoiando a todos na caminhada e crescimento pessoal, cristão, cultural e social.

Como ex-aluno daquele Educandário fico mais tranquilo ao prestar essa singela homenagem.

Ao longo de oito décadas, o Colégio Santo Antonio procurou responder, em forma crescente de educação, aos anseios das comunidades escolar e familiar.

Década após década, buscou eficiência como escola. Em seus 80 anos de vida, marcou, na sua própria história, uma caminhada feliz na construção e encaminhamento de personalidades notáveis no cenário nacional e internacional.

Entre seus ex-alunos ilustres, cabe-me ressaltar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, os nomes de:

Mário Andreatta, Leitão de Abreu, Irmão José Otão, Irmão Roque, Luiz Mandelli, Carlos Dreher, Leo Mazzini, Arlindo Fontana, Pedro Paulo Zanatta, Heitor Aquino Ferreira, Ambrósio Chesi, e, um sem-número de outros nomes, não menos ilustres.

São 80 anos de vida!

- 80 anos de amor feito serviço!
- 80 anos de presença por amor!

Eram três Irmãos Maristas, perpetuados por centenas de outros — germinando, em novas e ricas vocações.

Longa caminhada de vida.

Fraterna caminhada, junto com os Irmãos:

- Sempre a serviço dos irmãos.
- Sempre comprometidos com Deus.
- Sempre sob a égide da "Boa Mãe Maria".
- Sempre sob o manto de Champagnat e Santo Antonio.

E, hoje, prossegue em sua labuta, sob a direção do incansável Irmão Severino Susin, há vinte e cinco (25) anos prestando serviços em Garibaldi.

Festeja, pois, Colégio Santo Antonio!

Festeja, alegremente, teus 80 anos!

Todo teu passado se faz presente, prenunciando teu glorioso futuro.

Prossegue em teu caminhar
Formando homens, "Segundo o coração de Deus"! pois,

— para ti, 80 anos é juventude, é vida nova!
— para ti, 80 anos é proclamação de tuas vitórias
— para ti, 80 anos é manifestação de tua misão..

Tudo serve para tornar-te imortal, luminoso, acolhedor

Colégio Santo Antônio! Não esqueça os feitos gloriosos e humanos de todos os que por ti passaram.

Disse (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB — SC) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr Presidente, Srs. Congressistas:

Solicito a V Exa a transcrição nos Anais do Congresso Nacional de uma proclamação do Secretariado Nacional dos Trabalhadores nas Empresas Estatais que pedem e exigem a reorientação da política econômica para ajustá-la aos anseios da nossa sociedade e aos interesses da classe trabalhadora.

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NELSON WEDEKIN)

Secretariado Nacional dos Trabalhadores nas Empresas Estatais

Trabalhadores nas Estatais exigem a reorientação da Política econômica para ajustá-la aos anseios da nossa sociedade e aos interesses da classe trabalhadora

O Secretariado Nacional dos Trabalhadores nas Empresas Estatais analisando a atual conjuntura econômica do País, na sua reunião plenária de 7-6-84, resolveu fazer a seguinte proclamação.

Recentemente, com base na ocorrência de superávits na Balança Comercial — fruto principal da brutal e recessiva compressão sofrida pelas importações — e em índices positivos de crescimento verificados em setores da indústria voltados para as exportações, o governo federal começou a alardear o fim da crise econômica e a retomada da produção.

Mas a opinião pública não pode ser enganada facilmente. O movimento sindical, o empresariado nacional, parlamentares e técnicos têm afirmado repetidamente que não há qualquer perspectiva de melhoria real da situação econômico-financeira mantidos os atuais parâmetros da política governamental.

Sem a moratória da dívida externa — abrindo — caminho para uma ampla renegociação condizente com os interesses nacionais, sem a reforma tributária e financeira — penalizando lucros exorbitantes, canalizando recursos para as áreas produtivas e fortalecendo Estados e Municípios —, sem a reativação dos investimentos e gastos públicos dirigidos especialmente aos setores geradores de empregos, sem redistribuição da renda interna e manutenção do poder aquisitivo dos trabalhadores e sem profundas modificações na atual estrutura de propriedade da terra — (Reforma Agrária) ampliando o mercado interno e reduzindo o preço dos gêneros alimentícios —, o país continuará mergulhado na mais grave crise econômica social da sua história.

Sem a reorientação da política econômica será impossível, malgrado eventuais melhorias de conjuntura, reverter o quadro dramático que configura o Brasil de hoje: inflação de 230%; salário mínimo correspondente a apenas 29% do mínimo necessário ao sustento do trabalhador e sua família; renda per capita equivalente à de uma década atrás; produção

de bens e equipamentos reduzidos à metade em apenas dois anos; e 3 milhões de desempregados e 9 milhões de subempregados, segundo dados oficiais.

Identificado com os interesses da oligarquia financeira internacional o governo federal se recusa a superar essa situação e atacar as reais causas da crise. Continua submetendo o país às extorsivas taxas de juros impostas pela agiotagem internacional, as quais anulam os superávits comerciais e as possibilidades de recuperação. Busca tão-somente comprar as importações com a criação de toda a sorte de impedimentos ao desenvolvimento das atividades produtivas — ao custo do desemprego e da miséria — e assim gerar divisas para o pagamento de "compromissos" externos.

Instrumentos chaves da orientação recessiva são a política salarial e os sucessivos cortes nos gastos e investimentos das empresas estatais.

O Decreto-lei nº 2.065, editado em nome do combate à inflação, como alegou o governo, vigora em plena disparada de preços, servindo exclusivamente para impor brutal arrocho salarial e, consequentemente, para o retraimento da demanda por bens e serviços e a redução da atividade das empresas.

As empresas estatais, por sua vez, orgulho da nação e baluartes de nosso desenvolvimento econômico, continuam sofrendo a pressão daqueles que, para atender às injunções de interesses, não titubeariam em impor que se abra mão da soberania nacional.

Pelo segundo ano consecutivo, cortes drásticos nos orçamentos das estatais paralisam estas poderosas molas propulsoras da economia nacional, provocando a redução geral das atividades produtivas. A 5ª Carta de Intenções encaminhada ao FMI pelo governo, em março, é clara: cortes adicionais nos investimentos e nas despesas correntes das estatais servirão para "compensar o aumento dos pagamentos de juros sobre as dívidas externa e interna", sendo, no que diz respeito às despesas, aplicados rigorosamente os famigerados Decreto-lei nº 2.100 e Decreto nº 89.253.

Esse compromisso, expressamente assumido perante os expoliadores e agiotas internacionais, se manifesta, concretamente, no impasse vivido pelas principais empresas estatais, com os recursos estabelecidos para este ano se exaurindo já ao final do 1º semestre.

Nunca as empresas estatais estiveram tão distantes de seu papel histórico no desenvolvimento econômico nacional e nunca foi maior a sua vulnerabilidade ao assédio do capital estrangeiro, notadamente na prática dos afretamentos de navios de bandeiras alienígenas, destacando-se neste setor, a existência de três subsidiárias de serviços estrangeiros, em detrimento da mão-de-obra marítima nacional.

Simultaneamente, desenvolve-se a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores nas estatais. Diante da justa revolta contra a perda do poder aquisitivo provocada pela aplicação do 2.065 e pelas draconianas imposições do 2.100 e do 89.253, e face à pressão crescente a partir das campanhas da COSIPA, dos petroleiros de Cubatão e, na área privada, dos metalúrgicos do ABC, o CNPS busca engenhosas fórmulas para dividir os trabalhadores e restringir ainda mais os seus direitos.

A revisão de planos de cargos e salários (PCS) em andamento buscando a concessão de aumentos para restritas faixas salariais mais altas às custas de ameaças de demissões, inclusive a partir dos contratos de Leasing nas Empresas de Energia Elétrica, suspensão de promoções, eliminação das conquistas restantes e redução do salário médio nas empresas

conforme declarações de representantes do CNPS e da SEST — não significa, obviamente nenhuma melhoria para o conjunto dos trabalhadores das estatais, podendo apenas gerar ilusões para uns poucos.

A imprensa registra diariamente exemplos cada vez mais candentes de implosão do Decreto-lei nº 2.065, registrando também opiniões as mais categorizadas, inclusive de políticos até do PDS, sobre a necessidade de substituição deste decreto imoral. Na esteira de toda essa campanha contra o 2.065, algumas empresas estatais, tentando conter a insatisfação dos seus empregados, que é generalizada no setor, têm procurado obter autorização do CNPS para conceder aumentos visando corrigir as defasagens salariais decorrentes da legislação em vigor.

A primeira constatação é que essa é uma prática ainda restrita a um reduzidíssimo número de empresas e, mesmo entre elas, notamos comportamentos diferentes os quais ficam ao sabor ou do espontaneísmo dos seus Presidentes ou então ao poder político que eles ou as empresas têm. Nós, enquanto órgãos de classe, não abrimos mão de participar de todo o processo que pretenda corrigir as curvas salariais das empresas do setor estatal, primeiro porque nós é que representamos esses trabalhadores prejudicados e, em segundo lugar, porque a nossa participação evitará, como já denunciamos acima, que só alguns apaniguados sejam beneficiados pelos planos ora propostos pelas empresas.

As brechas que têm sido abertas na fechadíssima estrutura da atual legislação salarial devem ser aproveitadas por todas as entidades sindicais, para tentar corrigir todas as mazelas que os trabalhadores sofreram nos últimos anos. Urge principalmente que todos os órgãos de classe do setor estatal mobilizem as suas bases para cobrar de suas empresas uma atitude mais consequente que permita alcançarmos o mais rapidamente possível esses nossos objetivos.

O que os trabalhadores das estatais exigem e em boa parte está contido nas críticas e reivindicações apresentadas pelas próprias diretorias das empresas já está claro: manutenção de seu poder aquisitivo, aumentos reais de salário conforme a produtividade da empresa, garantia no emprego, manutenção dos benefícios conquistados, quadro de carreira que valorize os trabalhadores e lhes abra a efetiva perspectiva de promoção, livre negociação com as direções das empresas e respeito aos acordos e convenções, fim do CNPS, democratização das empresas com reconhecimento dos delegados, das comissões sindicais de empresas e outras representações dos trabalhadores, e apreciação das diretrizes das estatais por parte do Congresso Nacional.

O Secretariado Nacional dos Trabalhadores nas Empresas Estatais reafirma a urgência da reorientação da política econômica com vistas a garantir a soberania nacional, erradicar a miséria e impedir a destruição de forças produtivas, a privatização e a desnacionalização de um patrimônio produtivo constituído com o esforço de várias gerações de brasileiros.

Tais medidas só poderão ser efetivadas com a superação do atual impasse político-institucional. Neste grave momento da vida nacional, conclamamos as forças políticas e sociais interessadas nos destinos da nação a que empenhem todos os esforços, na busca dos meios que favoreçam o avanço do processo democrático, o qual passa certamente por eleições "diretas-já" para Presidente da República e pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

P/Secretariado Nacional dos Trabalhadores nas Empresas Estatais

Maurício Ellena Rangel — FNTU

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e deferido o seguinte

Em 2 de agosto de 1984.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1984, que, “dá nova redação ao § 2º do artigo 151 da Constituição Federal, para permitir a reassunção do Governador e do Prefeito que que se desincompatibilizaram para a disputa de mandato eletivo”, solicito a Vossa Excelência a prorrogação por 30 (trinta) dias do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer, que se encerra dia 6 de agosto.

Outrossim, esclareço, que o pedido se justifica pela importância da matéria, objeto de estudo, e que está a exi-

gir do Relator, Senhor Senador Martins Filho, um prazo mais dilatado para elaboração do parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração. — **Deputado José Tavares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Resolução nº 3, de 1983-CN, que delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei estendendo ao trabalhador rural os benefícios da Previdência Social e da Legislação do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2, de 1983-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 195, de

1983-CN, sobre a Proposta de Delegação Legislativa nº 3, de 1980), que delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei para criação do Ministério do Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências.

A matéria constou da Ordem do Dia das sessões conjuntas de 13 de março e de 5 de abril do corrente ano, respectivamente, às 18 horas e 30 minutos e 19 horas e 40 minutos, deixando de ser apreciada em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Deixa de ser procedida a sua votação em virtude da falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 28 minutos.)

Ata da 186ª Sessão Conjunta, em 2 de agosto de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Affonso Camargo — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Geraldo Fleming — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Aassis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Joaquim Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS.

Ceará

Aécio de Britto — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Félix Mendonça — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genivaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Leônidas Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgílio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolin — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agenaldo Timóteo — PDT; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Franciso Studart — PTB; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PTB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Eloy — PDS; Castejon

Branco — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Octávio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Iram Saraiva — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Norton Macedo — PDS; Otávio Cesário — PDS; Renato Johnsson — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB; Irenu Brzeninski — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaca — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Minicarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Júlio Martins — PDS

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 48 Srs. Senadores e 265 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Evandro Ayres de Moura.

O SR. EVANDRO AYRES DE MOURA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A CBF, conhecida em todos os Estados como a madrasta do futebol brasileiro, acaba de praticar um ato de força contrário aos pequenos e médios Estados, ao estabelecer o número de integrantes que disputarão o chamado Campeonato Brasileiro ou Taça Brasil, para o fim deste ano e para o próximo.

Alegando dificuldades financeiras no campeonato, reduziu-o a 20 clubes, dos Estados maiores, transformando não num campeonato brasileiro, que era a integração nacional, mas num campeonato de elite dos grandes times dos 4 ou 5 maiores Estados em futebol.

Alijou, por exemplo, os times de Santa Catarina; aliou os times do Nordeste, aliou do meu Estado, onde há o terceiro maior estádio do Brasil, o "Castelão", o Estádio Plácido Castelo, um estádio para quase 200 mil pessoas, as duas maiores forças do futebol, o Fortaleza Esporte Clube, meu time, do qual sou conselheiro e o seu maior rival, o Ceará Esporte Clube.

Alega dificuldade financeira, mas se esquece de que recebe um teste da loteria esportiva, aquilo que cabia ao Imposto de Renda e aos demais, a não ser aos beneficiários do sorteio, para a realização deste torneio. Acho um escândalo que agora se continue a dar, porque isso foi dado como incentivo à integração do esporte nacional e agora é dado em detrimento dos Estados menores e dos times menores, em favor de uma elite de times milionários, com rendas mensalmente grandes porque vão disputar entre eles.

Faço um apelo ao Governo para, em se mantendo essa nova tabela do Campeonato Nacional ou da Taça Brasil, cancelar a doação desse teste da Loteria Esportiva, e se destine seu valor aos colégios da Campanha Nacional do Educandário da Comunidade, que estão no interior, sem recursos, a fechar suas portas. Teria, então, um destino mais nobre, pois a Confederação o distribuirá a uma elite de times do futebol brasileiro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Tem estado em debate o tema da reserva de mercado para a informática nacional. É um problema de grande relevância para a soberania nacional, mesmo assim temos visto que há pessoas, há brasileiros em posições importantes defendendo a entrega desse mercado aos grupos internacionais.

Isto vem fortalecendo a luta daqueles que pregam a reserva de mercado. Os países que prosperaram nesse setor fizeram essa reserva. O Japão é um deles.

Sr. Presidente, solicito à transcrição, nos Anais da Casa, de um artigo do ex-Constituinte, Deputado Constituinte Eusébio Rocha, eleito por várias legislaturas, adovogado e jornalista, um grande brasileiro que tem serviços inestimáveis prestados ao Brasil, no Projeto de

criação da PETROBRÁS e na defesa do monopólio estatal do petróleo, artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, sob o título: Reserva de Mercado na Informática.

(Documento a que se refere o Sr. José Frejat em seu pronunciamento)

Reserva de mercado na Informática

Folha de S. Paulo — 17-5-1984 — pág. 42

Euzébio Rocha

Especial para a "Folha"

O mundo caminha para uma bipolaridade mais perigosa que a do atual domínio conflitante das potências hegemônicas — a divisão entre nações produtoras de conhecimento e as nações consumidoras desta fonte de saber e de solução dos problemas humanos.

O Brasil se defronta com uma opção. Restringir-se a uma tecnologia de uso, equipando-se nas fontes de produção do Exterior e das multinacionais instaladas no País ou desenvolver, com recursos nacionais, os meios de investigação tecnológica, gerando as próprias fontes de produção industrial, libertando-se gradativamente da servidão tecnológica, o neocolonialismo do século 20.

Tecnologia nacional é o conjunto de conhecimentos de uma nação. A relação que há entre Política de Informática e tecnologia é que a Política de Informática visa à criação de condições para que ocorra, a níveis satisfatórios, o desenvolvimento tecnológico.

A aquisição de conhecimentos exige pressupostos básicos como um bom sistema educacional integrado a uma eficiente e adequada estrutura de pesquisa. Isto indica a formação de quadros competentes e de alto nível. É necessário ainda, mas não suficiente, que a indústria em desenvolvimento utilize esses conhecimentos e empregue essas pessoas.

O Brasil tem todas as condições para se livrar da dependência externa e ser um líder: capacidade, intelecto, população e espaço territorial. Embora hoje o seu governo seja controlado por uma oligarquia de tecnocratas oportunistas e seja a sua economia moldada pelos interesses de investimentos estrangeiros, no nosso grande despertar democrático surge a perspectiva esperançosa de novos rumos, nos quais já se inserem setores do governo.

Agora o que a prudência e a sabedoria nos indicam é seguir o caminho dos países ricos para chegarmos ao pleno desenvolvimento tecnológico nacional — estabelecer em lei a reserva de mercado para a informática.

Como se sabe, os países centrais aperceberam-se cedo do potencial revolucionário da tecnologia da Informática e adotaram para terem êxito a política de reserva de mercado e de investimentos maciços. O Japão, país vencido na guerra e vitorioso na paz, adotou política de proteção e financiamento à indústria de informática, reservando o mercado doméstico a empresas nacionais e financiando as exportações.

Através do "Buy American Act", nos Estados Unidos, há um mercado reservado para as empresas americanas, a eletrônica militar, setor que corresponde a 30% de sua indústria eletrônica e a mais de 15% da indústria eletrônica do mundo. O microsetor eletrônico, durante anos, contou praticamente com a reserva total do mercado americano. Significa que foi o mercado reservado às Forças Armadas Americanas que viabilizou o desenvolvimento da microeletrônica nos Estados Unidos.

Reserva de mercado é uma política de Informática consagrada pelo êxito dos países desenvolvidos.

A estratégia política dos países avançados em tecnologia, para evitar novos concorrentes e dominar os mercados, consiste em fornecer aos países periféricos, moderada e seletivamente, o resultado da pesquisa, e jamais os processos e métodos de pesquisa. A tecnologia de projeto e de produção se desenvolve na matriz ou na multinacional instalada no país hospedeiro. O objetivo de tal estratégia está explícito na declaração de Ceo Giacco, presidente da Hercules Inc, multinacional norte-americana, quando afirma "que a fábrica no exterior, comprando produtos básicos da matriz e adicionando valores a eles, cria mais empregos nos Estados Unidos do que a tentativa de exportar o produto pronto".

Em relatório enviado ao representante especial do presidente Jimmy Carter, em 1977, J. B. Stroup, interpretando os interesses norte-americanos, ao comentar os objetivos do governo brasileiro de instalar uma indústria nacional de computadores, afirmava:

"As companhias que desenvolvem e fabricam sistemas de minicomputadores, nos Estados Unidos, serão adversamente afetadas pela perda desse mercado promissor. A perda se refletirá no número de empregos de pesquisa, desenvolvimento e fabricação".

A duração das penas, nestes últimos anos, a empresa nacional conquistou seu espaço no extremamente atrativo mercado brasileiro, o maior mercado de computadores deste hemisfério, depois dos Estados Unidos e do Canadá, e entre os dez maiores mercados do mundo.

A informática, nos Estados Unidos, no setor de serviços, já ocupa 70% da população; no Brasil, hoje, atinge mais de 40%.

A utilização da reserva de mercado, em benefício do nosso desenvolvimento tecnológico, é um direito natural e incontestável.

O Brasil é um país subdesenvolvido porque seus problemas tecnológicos não têm sido resolvidos e as soluções externas nem sempre se adaptam aos nossos problemas específicos. Quando o modelo industrial bem sucedido na área da informática apresenta seus resultados completos, a resposta é a violenta pressão de grupos estrangeiros e de seus tradicionais ventriloquos internos. As investidas do secretário de Estado, George Shultz, e do Fundo Monetário Internacional evidenciam as referidas pressões.

O Congresso brasileiro vai ter oportunidade histórica de legislar sobre a matéria. NO Simpósio de Informática do Senado Federal, junho de 1983, salvo vozes isoladas, como aconteceu em 1953, na aprovação da PETROBRÁS, a imensa maioria pronunciou-se favoravelmente à reserva de mercado para a Informática como questão de fundamental interesse para o País. Este apoio é consequência dos êxitos obtidos pela Política Nacional de Informática, estabelecendo reserva do mercado a empresas genuinamente nacionais e compromissadas com o desenvolvimento próprio da tecnologia. Assim, em 1979, 70% do faturamento de empresas nacionais eram produtos que tinham tecnologia estrangeira, restando 30% para as de tecnologia nacional. Em 1983, 65% do faturamento da indústria nacional eram resultantes de produtos com tecnologia nacional e 35% com tecnologia estrangeira.

Como o centro das pesquisas das multinacionais está situado no Exterior, a indústria nacional emprega 99% a mais de profissionais de nível superior; 1.750% a mais em atividades de desenvolvimento de novos produtos; 780% a mais nas atividades de manutenção.

A indústria nacional informática abre perspectivas novas para a inteligência brasileira, absorvendo a mão-de-obra de alto nível.

Nas relações de trocas internacionais o comportamento das multinacionais é prejudicial à economia do País, como veremos. De acordo com as estatísticas da Secretaria Especial de Informática, em 1983 as empresas nacionais importaram o equivalente a 7,1% de suas vendas, ao passo que as multinacionais importaram, no mesmo ano, o equivalente a 22,4% do seu faturamento.

O coronel Ozires Silva, presidente da EMBRAER, em palestra proferida na Assembléia Legislativa de São Paulo, explicou, da seguinte forma, o êxito da referida empresa, no comércio exterior.

A EMBRAER só consegue exportar porque trabalha com tecnologia própria, uma vez que a empresa multinacional que fornece licença para uso de tecnologia não permitiria a competição com o licenciado. Para nós, tal comportamento das multinacionais é uma reserva de mercado em seu benefício. Outro valioso esclarecimento, prestado pelo conferencista, foi a afirmativa que fez: "O mercado interno foi suporte para a exportação".

Depois de tamanha evidência, quem tem medo da reserva de mercado para a tecnologia nacional? Era o que tinha a dizer (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilmar Palis.

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é com muita tristeza que retornamos ao trabalho legislativo, no segundo período deste exercício, para constatar que a maioria daqueles que pregavam aos quatro ventos e apregoavam seu acendrado amor ao Brasil com as "Diretas, já", melancolicamente, pelo menos o que se depreende da posição desses, em grande maioria, sepultaram aquela luta, o anseio das "Diretas, já".

Nós continuamos nessa luta. Nós juramos aqui desta tribuna que votariam nas "Diretas, já", no dia 25 de abril, e votamos. Embora não vitoriosa a Emenda Dante de Oliveira, assumimos o compromisso de continuar essa luta e continuamos. Ocupamos esta tribuna dezenas e dezenas de vezes, após o dia 25 de abril, conclamando os companheiros das "Diretas, já", que não abandonassem sua luta, nossa luta, a luta do povo brasileiro.

Veio a expectativa da votação, através de subemenda à emenda do Governo, Governo esse que traiu o povo, retirando sua emenda do Poder Legislativo no exato dia de sua votação com medo da subemenda ser aprovada trazendo as "Diretas, já".

Acho que isso foi uma traição ao povo brasileiro, e naquela oportunidade ocupava a tribuna para dar a ênfase que deveria ter dado, e que dei, e que demos e que continuamos a dar. Só as "Diretas, já" tirarão o País desse caos moral, administrativo e político em que se encontra.

Essas jogadas de convenções, essas jogadas de colégios, esses votos manuseados, tudo isso desaparecerá com as "Diretas, já". Conclamamos os companheiros que um dia, aqui neste Plenário, se deram as mãos, levantando para o alto diante dessa galeria plena, plena de povo cantando o Hino Nacional e jurando que não abdicariam dessa luta.

Melancolicamente, Senador Lenoir Vargas, Srs. Congressistas, voltamos a essa Tribuna para declarar, nós, Deputado Wilmar Palis e outros honrados companheiros que ainda comungam conosco dessa mesma luta, para constatar o silêncio da grande maioria daqueles que votaram a Dante de Oliveira e depois desapareceram. Por que não retomar o processo das "Diretas, já", abandonando com essa forma que não significa a conceituação política em nosso País, de meia dúzia escolher por 130 milhões, de meia dúzia fazer, ao seu arbítrio, a vontade de 130 milhões?

Continuamos a conclamar os companheiros que meditem, que pensem, que pesem, que consultem suas consciências para que retomem a luta das "Diretas, já", sem tréguas, sem medo de Poder Executivo, sem conchavos, sem arremedos, sem jogadas por baixo do pano. Esses companheiros desertaram, mas eles podem voltar à luta. E este é o motivo da nossa posição agora nesta tribuna; fazer uma condenação para que esses companheiros, independentes de Partidos, independentes de sigla partidária, voltem a essa luta que é a maior aspiração, o maior anseio do povo brasileiro. O próprio povo escolher diretamente o primeiro mandatário da Nação pelo sufrágio universal, voto direto e secreto, dando a este povo o direito que lhe roubaram há vinte anos, dando a este povo o direito inalienável, que lhe usurparam há mais de vinte anos, dando a este povo aquilo que lhe pertence, aquilo que por direito é seu, de acordo com os preceitos mais legítimos.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, diariamente tanto quanto possível de tempo, voltaremos a ocupar esta tribuna na luta intransigente que assumimos perante a Nação brasileira de nos bater pelas "Diretas-já". Em todos os expedientes possíveis estaremos ocupando esta Tribuna do Congresso Nacional, da Câmara Federal, lutando sem fronteiras pela realização das "Diretas-já", único processo eleitoral que pode tirar o País desse caos moral, administrativo e político em que se encontra, um quadro caótico, triste e melancólico. Há de se fazer a retomada, retomada deste Brasil grande, não como está aí, por um processo que não deixa margem ao povo de ser o árbitro da escolha que lhe cabe. Usam-no para tudo e na hora que esse povo tem o direito, usurpam esse direito.

Pelas "Diretas-já", sem fronteiras, sem medo, pra frente, com os companheiros aguerridos temos de voltar a esta luta.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS-SP) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revião do orador.) — Sr. Presidente, ilustres Srs. Congressistas:

Algum tempo atrás, quando se falava em eleições diretas, os jornais noticiavam que havia todo um trabalho de unificação das Oposições. As notícias eram de que as Oposições deveriam ter um candidato único que as pudesse representar nas eleições diretas. Mas os tempos passaram e com a passagem do tempo muita gente mudou, e as Oposições, que no meu entender deveriam abrigar as correntes do PTB, PDT, do PT e do PMDB, passaram apenas a abrigar frações do PMDB e frações do PDS. O que assistimos nos diálogos travados nos gabinetes desta Casa, da Vice-Presidência da República, é simplesmente estarredor, porque os chamados partidos pequenos foram totalmente marginalizados do processo sucessório. Jogou-se de lado todo um PT que, na verdade, representa uma esperança para muita gente, para muitos brasileiros, de um partido que realmente começou de baixo e que tem lutado numa oposição séria. Jogaram também de lado o PDT, desprezado, embora tenha um Governo de Estado, um dos grandes Estados brasileiros. Vi através da televisão, li nos jornais reuniões apenas de cúpulas, buscando-se o consenso das Oposições, através de meia dúzia de indivíduos saídos do PDS ou saídos do PMDB. E o que seria Oposições neste País não é, agora, senão uma soma de PP com PP. O Partido Popular que não conseguiu formar-se neste País por falta de liderança, pois foi engolfado pelo PMDB, ressurgiu e lança agora candidatos à Presidência e à Vice-Presidência: o Sr. Tancredo Neves, e o Sr. Olavo Setúbal. Até agora se fala em José Sarney, mas todos nós sabemos que isso é *Mise-en-scène*, porque dentro de mais alguns dias o Senador José Sarney será cortado e o candidato que irá aparecer será um homem de São Paulo, um banqueiro, o dono do Banco Itaú, o Sr. Olavo Setúbal. Eu ouvi atra-

vés do pregões de alguns homens do PMDB, na tarde de hoje, que os candidatos do PMDB representariam mudanças. Mas que mudanças se pode ter neste País com Tancredo Neves que serviu a todos os Governos? A todos! Que mudanças poderiam ter, neste País, com Olavo Setúbal, que foi até há pouco tempo prefeito nomeado de São Paulo?

Onde está, Sr. Presidente, Srs. Congressistas a coerência das Oposições? Onde está Sr. Presidente aquela massa humana abandonada em praça pública? A massa humana continua. Continuará esperando ainda a voz desta Oposição que agora resolveu fazer suas reuniões sempre de portas fechadas, gabinetes fechados, uma demonstração eloquente de que ela não quer mais nada com o povo.

A verdade, Sr. Presidente, precisa ser dita. O Sr. Tancredo não está mentindo à Nação. Não! Porque em janeiro, antes do primeiro comício, S.Ex^a já era candidato ao Colégio eleitoral. Na reunião de governadores realizada em São Paulo S.Ex^a já era, antes das diretas, candidato nas indiretas.

Onde estava o Sr. Tancredo Neves quando as Oposições reabriram seus comícios em praça pública? Apaixonhou uma gripe que o pessoal apelidou de Roberta Cloe, que parece mas não é, e essa gripe o impediu de estar em três comícios: o do Paraná, o de São Paulo e o da Guanabara. Mas S.Ex^a, o Sr. Tancredo Neves, estava nesta Casa, no dia do último dos comícios, que foi na Guanabara. S.Ex^a estava tranquilamente forte, surpreendentemente forte pela sua idade, transitando com uma liberdade incomum dentro deste plenário. Esta Oposição Sr. Presidente não é evidentemente a Oposição que o povo desejava.

Era o que tinha a dizer. (Muito Bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Existe um provérbio popular que diz que, “entre dois dias há uma noite para se pensar”. Esperávamos nós que esta noite longa para este Plenário que foi o recesso do mês de julho, fizesse com que Parlamentares acomodadamente entregues a candidaturas náufragas usassem e utilizassem este tempo para meditação mais profunda do comportamento assumido na legislatura passada, pensasse um pouco no povo que lhe trouxe a esta Casa. E para tristeza nossa Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vemos aqui o Deputado Adail Vettorazzo retornar do recesso parlamentar mais empolgado, mais comprometido, com a espúria causa que defende, distanciando-se, cada dia mais, do povo de São José do Rio Preto que o elegeu e que arrependido do crime que cometeu, pela traição de S. Ex^a, o executou através da opinião pública enterrando-o, numa das tardes mais memoráveis daquela cidade progressista de São Paulo. Simbolicamente o Caixão de S. Ex^a foi jogado no rio daquela cidade que serve para receber o esgoto público.

O Sr. Adail Vettorazzo — (Fora do microfone) — Deffendo o Colégio Eleitoral.

O SR. HERÁCLITO FORTES — É lamentável que resista...

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Fazendo soar a campanha.) — Não são permitidos apartes no pequeno expediente.

O SR. HERÁCLITO FORTES — Seria bom que o Regimento permitisse, eu gostaria de ouvir o Deputado Adail Vettorazzo, com esta tese que não convence ninguém, a não ser seus minguados companheiros desta tese. Povo, Deputado povo, pobre povo, Deputado, que permite V. Ex^a falar em seu nome.

Sr. Presidente e Senhores Congressistas, estamos diante de fato e de uma realidade. Não fomos nós da Oposição que nos ausentamos daqui no dia da Dante de Oliveira e tampouco fomos nós da Oposição que retiramos da pauta a votação da emenda que levava o nome do Presidente Figueiredo; não fomos nós que fugimos da eleição direta, não fomos nós da Oposição que nos negamos e não nos negaremos.

Lanço um desafio a V. Ex^a use e utilize o poder e o prestígio do seu presidenciável e traga, amanhã, para cá, a liderança do seu Partido, para que apresente a emenda que restabelece eleições diretas para Presidente da República e nós estaremos aqui — sabe como, Deputado? — com o mesmo candidato que possuímos, o Sr. Tancredo Neves para destruir, de uma vez por todas, esse Colégio Eleitoral.

Desafio a V. Ex^a, nobre Deputado, traga e aprove essa emenda e vamos às praças públicas; nós da Oposição, com Tancredo de Almeida Neves que serviu a todos os governos, no entender de V. Ex^a, que infelizmente quis, nesta Casa, dar uma demonstração de historiador de causar inveja a Hélio Silva, mas que não conhece a História deste País e que não viu nem conviveu com Tancredo Neves, anos após anos nesta Casa, nos anos mais duros do arbítrio, convivendo aqui, anonimamente e vivendo aqui, solidário aos seus companheiros. V. Ex^a, nobre Deputado, não pode falar de Tancredo de Almeida Neves que tem um passado e uma vida toda construída através do voto popular, bem diferente do candidato que V. Ex^a defende, e vem V. Ex^a, evidentemente que prestando serviço à causa que lhe foi imposta, cumprindo seu serviço e a missão que lhe foi determinada pelo gerente da campanha, um especialista em venda de secos e molhados, mas que não entende de Brasil e que não entende desta Nação, nem da miséria do povo brasileiro.

V. Ex^a vem aqui dizer que Tancredo de Almeida Neves se ausentou, é verdade, de alguns comícios das eleições diretas em praça pública. Mas, se ausentou, nobre Deputado, ou foi por opção, ou foi por conveniência, ou foi por doença, admito até, mas não foi por temer o povo e saber que, se fosse à praça pública, seria vaiado.

O que é triste, nobre Deputado, é V. Ex^a ocupar esta tribuna para defender um candidato à Presidência da República, que é membro desta Casa e que ocupa uma cadeira e que, se não fosse a propaganda paga, caríssimamente paga, nenhum dos membros desta Casa o conhecera e as taquígrafas teriam dificuldades em identificar que era o orador. V. Ex^a, nobre Deputado, defendendo o seu candidato — V. Ex^a tem os motivos que aqui não seriam convinientes relatá-los e defendê-los — mas respeite Tancredo Neves, como a Nação brasileira respeita. Respeita Tancredo Neves, como todo este País respeita...

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas. Fazendo soar a campanha.) — Atenção Srs. Congressistas! Não são permitidos apartes.

Comunico ao nobre Deputado Heráclito Fortes que o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. HERÁCLITO FORTES — Estou terminando, Sr. Presidente. Nobre Deputado Adail Vettorazzo, não tenho a intenção de ofendê-lo, como também não aceito que V. Ex^a venha a esta tribuna para ofender Tancredo Neves, gostaria que V. Ex^a como defensor dessa candidatura e que ocupou esta tribuna muitas vezes para dizer que era imbatível, mas que hoje, depois do recesso, muda o diapasão, gostaria que V. Ex^a, como defensor da candidatura do Deputado Maluf, ocupasse esta tribuna, para responder em seu nome, ou em nome de quem quer que seja, a carta do empresário Antônio Ermírio de Moraes, dirigida publicamente, através dos maiores jornais deste País, a S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas. Fazendo soar a campanha.) — Atenção Srs. Congressistas! O nobre orador já duplicou o tempo de seu discurso.

O SR. HERÁCLITO FORTES — Infelizmente, não tenho mais tempo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Líder Airton Soares.

O SR. AIRTON SOARES (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

V. Ex^a e esta Casa conhecem os fatos que se passaram com o envolvimento do Grupo Delfin e o Sistema Nacional de Habitação, especialmente o Banco Nacional da Habitação.

Trago ao conhecimento de V. Ex^a, Sr. Presidente, um episódio da maior relevância e peço a V. Ex^a especial atenção.

Desapareceu uma correspondência do Tribunal de Contas da União endereçada ao Congresso Nacional, ao Senado, onde o Tribunal de Contas da União mandava que o Congresso Nacional rescindisse o contrato existente entre o Banco Nacional da Habitação e o Grupo Delfin. Deu entrada a correspondência, no protocolo do Senado, no dia 11 de julho.

Então, Sr. Presidente, há informações de que o Tribunal de Contas da União teria encaminhado a correspondência e eu comprovei de que encaminhou, para fins do art. 72, § 6º, da Constituição, ou seja, para mandar rescindir o contrato por esta Casa, através de uma Comissão Mista. A solicitação era no sentido de ser sustada a execução do contrato, ou seja, rescindir o contrato firmado entre o BNH e o Grupo Delfin. E, inexplicavelmente, não se sabe onde está essa correspondência, essa decisão do Tribunal de Contas da União.

A Constituição Federal, Sr. Presidente, no dispositivo citado, estabelece o prazo de 30 dias para deliberação pelo Congresso Nacional; fendo o prazo, sem deliberação, a impugnação, ou seja, a medida do Tribunal de Contas da União, que manda rescindir, será considerada insubstancial.

Então, se a correspondência deu entrada no dia 11 de julho, o dia 11 de agosto pode ser entendido que terá decorrido o prazo para a manifestação do Congresso e, com isso, estaríamos deixando de cumprir uma decisão do Tribunal, que manda apurar as maiores corrupções deste País.

Como até agora não foi dado conhecimento à Casa de qualquer matéria relativa ao assunto, e considerando a importância de que ela se reveste face à repercussão na opinião pública quando da notícia do contrato, e ainda, o tempo exíguo que a Constituição estabelece para o exame pelo Congresso Nacional, solicitamos à Presidência que nos esclareça.

a) deu entrada, na Mesa do Senado Federal, algum expediente do Tribunal de Contas da União sobre o assunto: Grupo Delfin — Banco Nacional da Habitação?

b) em caso positivo, o prazo constitucional será contado da leitura em plenário, da instalação da Comissão Mista ou do recebimento pela Secretaria?

Veja, Sr. Presidente, a importância dessas duas questões. Sr. Presidente, que forças foram essas? Tanto dentro do Congresso Nacional, como até pelos corredores, que fizeram com que esse expediente do Tribunal de Contas da União não surgisse nesta Casa, desaparecesse; foi protocolado no dia 11 de julho e desapareceu.

Quem são os interessados neste desaparecimento? São os corruptos, Sr. Presidente, que não querem que esta Casa mande rescindir o contrato com o BNH e o Grupo Delfin.

Então, chamo a atenção de V. Ex^a, que é um homem probo, o homem que preside esta sessão, reconhecido por sua tradição política, para que nos informe sobre este fato, na expectativa de que o prazo constitucional passe a fluir na medida em que for dado conhecimento à Casa do Expediente do Tribunal de Contas da União, porque pretendemos ver apurada esta situação e ver rescindido este contrato BNH com o Grupo Delfin.

Portanto, Sr. Presidente, é esta a questão que formulo a V. Ex^a, tendo em vista a necessidade de esta Casa ser informada sobre essa tramitação.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A Presidência informa a V. Ex^a, na conformidade do que lhe transmítiu a Assessoria, que o Presidente do Senado, tomando conhecimento do assunto relatado por V. Ex^a através da imprensa, já determinou todas as providências necessárias para a averiguação deste caso e, também, a Presidência entende que os prazos só podem começar a correr depois da publicação, ou depois de dado conhecimento ao Plenário. Este é o meu pensamento originário, embora não tenha examinado detidamente a matéria. O princípio geral é de que o prazo só pode começar a correr depois de dado conhecimento.

O Sr. Walmor de Luca — Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Walmor de Luca.

O SR. WALMOR DE LUCA (PMDB — SC) — Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

É evidente a falta de **quorum**, ou seja, não há um sexto de Congressistas presentes no plenário. Assim, cumprindo dispositivos do Regimento Interno, solicito a V. Ex^a, Sr. Presidente, não na condição de Líder do PMDB, que eventualmente estou ocupando, mas na condição de Parlamentar, na prerrogativa que me cabe, de acordo com o Regimento Interno do Congresso Nacional, que V. Ex^a suspenda a sessão por falta de **quorum** para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A Presidência vai atender a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A Presidência vai atender a V. Ex^a, antes, porém, nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 40 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo n^os 21 e 23, de 1984-CN (10^a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — É regimental o requerimento de V. Ex^a. Efetivamente, não existe número para o prosseguimento da sessão

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 37 minutos.)

Ata da 187^a Sessão Conjunta, em 2 de agosto de 1984

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 19 HORAS E 40 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudiomar Roriz — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Affonso Camargo — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Geraldo Fleming — PMDB; Nossa Senhora Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Carlos Alberto de Carli — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João

Alberto de Souza — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Víctor Trovão — PDS.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilson Garcia — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Félix Mendonça — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genivaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgílio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Arlindo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Francisco Studart — PTB; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PTB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Eloy — PDS; Castejon Branco — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Mendonça de Moraes —

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; José Maranhão — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; José Camargo — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Carado — PDS; Iram Saraiva — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Silveira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Norton Macedo — PDS; Otávio Cesário — PDS; Renato Johnsson — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Minicarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Sinval Guazzelli — PMDB; Víctor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 48 Srs. Senadores e 265 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à leitura da Mensagem nº 70, de 1984-CN, referente ao Projeto de Lei nº 7, de 1984-CN, que transfere competências do INCRA para o Ministério da Agricultura, dispõe sobre o regime jurídico do pessoal do INCRA, e dá outras provisões.

O Sr. Walmor de Luca — Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Walmor de Luca, pela ordem.

O SR. WALMOR DE LUCA — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Ex^a, dada a evidente falta de **quorum**, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — É regimental o requerimento de V. Ex^a. Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. Senadores e nem 1/6 dos Srs. Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 45 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visa do, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1 203 — Brasília — DF
CEP 70.160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Número Comemorativo do 20º Aniversário do Periódico

Está circulando o nº 81 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número contém 420 páginas e circula com um *Suplemento Especial* — “Integração na América Latina” (696 páginas) — e o Índice da *Revista de Informação Legislativa* (nºs 1 a 80).

Sumário do nº 81:

O Poder Legislativo moderno no Estado: declínio ou valorização?
— *Senador Fernando Henrique Cardoso*
A Lei nº 6.515: crítica e autocrítica — *Senador Nelson Carneiro*
O pesquisador e o professor pesquisador no magistério superior —
— *Senador Aderbal Jurema*
A evolução política dos Parlamentos e a maturidade democrática
— O exemplo modelar do Parlamento Inglês — *Almir de Andrade*
História dos Parlamentos: um esboço — *Luiz Navarro de Britto*
O poder constituinte e sua pragmática — *Paulino Jacques*
Constituição, constituinte, reformas — *Clóvis Ramalhete*
Técnica constitucional e nova Constituição — *Josaphat Marinho*
A limitação do poder constituinte — *Fernando Whitaker da Cunha*
Uma Constituição brasileira para o Brasil — *Paulo de Figueiredo*
O direito constitucional e o momento político — *Paulo Bonavides*
Valor e papel do Congresso — *José Carlos Brandi Aleixo*
Imunidades Parlamentares — *Rosah Russomano*
Teoria geral dos atos parlamentares — *José Alfredo de Oliveira Baracho*
O “discurso intervencionista” nas Constituições brasileiras —
— *Washington Peluso Albino de Souza*
O “lobby” nordestino: novos padrões de atuação política no Congresso brasileiro — *Antônio Carlos Pojo do Rego*
O Congresso e o ápice da crise constitucional-tributária — *Ruy Barbosa Nogueira*

Reforma tributária (Emenda Constitucional nº 23, de 1º de dezembro de 1983) — *Geraldo Ataliba, Aires Fernandino Barreto e Cléber Giardino*

A sentença normativa e o ordenamento jurídico (perspectiva político-constitucional) — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

Sumário do *Suplemento Especial* — “Integração na América Latina”

Introdução geral — Modelos de integração regional na Europa e na América Latina e papel das integrações regionais — *Fáusto Pocar*

Integração na América Latina — *José Carlos Brandi Aleixo*

Da ALAC à ALADI — *Andrea Comba*

Da ALAC à ALADI — *Luiz Dilermando de Castello Cruz*

O Sistema Econômico Latino-Americano — SELA — *Humberto Braga*

O Grupo Sub-Regional Andino — *Massimo Panebianco*

Mercado Comum Centro-Americano — *José Carlos Brandi Aleixo*

Comunidade do Caribe — CARICOM — *Humberto Braga*

O Tratado da Bacia do Prata — *Anna Maria Villela*

Tratado de Cooperação Amazônica — *Rubens Ricupero*

Modelos de integração na América Latina a ALADI e o SELA — *Massimo Panebianco*

As Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional (com especial atenção aos Estados latino-americanos) — *Antônio Augusto Cançado Trindade*

Textos Básicos

Preço do exemplar (com o Suplemento e o Índice): Cr\$ 2.000,00

Assinatura para 1984 (nºs 81 a 84): Cr\$ 8.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF — CEP 70.160.

Encomenda mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal. Atende-se também pelo reembolso postal.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

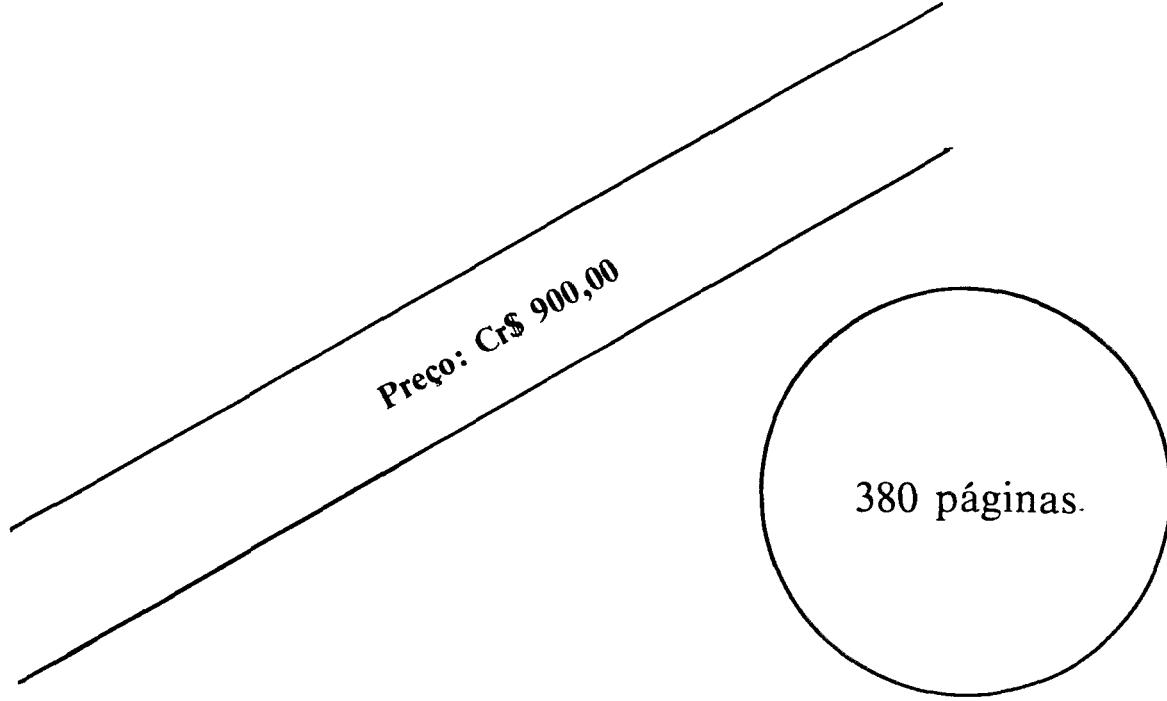
QUADRO COMPARATIVO

(4^a edição)

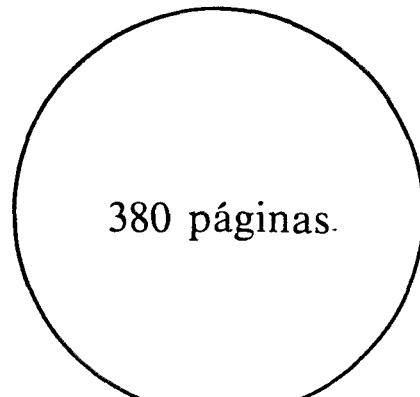
Texto constitucional vigente (incluindo a Emenda Constitucional nº 22/82) comparado à Constituição promulgada em 1967 e à Carta de 1946.

152 notas explicativas, contendo os textos dos Atos Institucionais e das Emendas à Constituição de 1946.

Índice temático do texto constitucional vigente.



Preço: Cr\$ 900,00



380 páginas.

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00